

PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO E ÉTICA

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Olá!

Ao final desta aula, você será capaz de:

1. Identificar a importância do Direito Constitucional na Defesa da Propriedade Intelectual.
2. Compreender os conceitos de legalidade, de dignidade da pessoa humana, de valor social do trabalho e a livre iniciativa de liberdade de expressão e acesso à informação.

1 Noções de Direito Constitucional

Bem-vindo(a) à primeira aula da disciplina **Propriedade Intelectual, Direito e Ética**.

Esta aula apresenta a importância do **Direito Constitucional** na vida do cidadão, sua relação com a propriedade intelectual e alguns **Princípios** constitucionais importantes na defesa dos **Direitos** e Garantias Fundamentais do Homem.

Nosso instrumento de estudo será a Constituição, e veremos em específico alguns artigos dos dois primeiros títulos:

Dos Princípios Fundamentais

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Vamos começar abordando noções de Direito Constitucional.

Mas o que significa **Direito Constitucional**?

Direito submetido a uma **Constituição**

Referente à **Constituição de um Estado**

Fundamentado na **organização** e no **funcionamento de um Estado**

2 Dos Princípios Fundamentais

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:...



No Brasil, a forma de estado adotada é a de uma **Federação** que significa a coexistência pacífica em um mesmo território de **unidades dotadas de autonomia pública**, possuindo tipos de competências exclusivas e discriminadas no texto constitucional.

FORMA DE ESTADO	FEDERAÇÃO
UNIDADES	AUTONOMIA PÚBLICA
FORMA DE GOVERNO	REPÚBLICA

O Brasil tem como **forma de governo a República** – forma adotada desde 1889 – e continuou por todas as consequentes **Cartas Magnas** (Constituições). Uma das principais características dessa forma de governo é a obrigatoriedade de alternância de poder.



Em relação ao regime político, o caput do artigo 1º da Constituição versa: ...

“constitui-se um Estado Democrático de Direito...”.

A concepção de “Estado Democrático de Direito” é indissociável do conceito de “Estado Democrático”, o que nos leva a concluir que a expressão “Estado Democrático de Direito” vem traduzir a ideia de um Estado em que todas as pessoas e todos os poderes estão sob o manto do império da Lei e do Direito, e no qual **os poderes públicos tenham de ser exercidos por representantes do povo**, visando à tentativa de assegurar às pessoas uma igualdade em termos materiais, ou seja, as **condições materiais mínimas necessárias a uma vida digna**.

A Carta Magna determina que os alicerces da República Federativa do Brasil são:

- a. A soberania.
- b. A cidadania.
- c. A dignidade da pessoa humana.
- d. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e. O pluralismo político.

Para mais informações, leia agora o texto Alicerces da República (http://estaciodocente.webaula.com.br/cursos/gon240/doc/aula01_alicerces_da_republica.pdf).

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Nesse artigo, temos a visão do legislador ao consagrar o princípio da separação dos poderes ou o princípio da divisão funcional do poder do Estado. Essa divisão funcional consiste em atribuir independência entre esses órgãos, junto ao exercício das suas funções estatais essenciais.

Vejamos como funciona esta divisão funcional do poder do Estado.

Executivo: Ao Poder Executivo cabe exercer as funções de Governo e **Administração**.

Legislativo: Ao Poder Legislativo cabe principalmente a **elaboração das leis**.

Judiciário: Ao Poder Judiciário atribui-se o **exercício da jurisdição**, significando isso dizer qual o direito aplicável ao caso concreto na hipótese de litígio.

3 Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

...

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...

Esse artigo enumera a maior parte dos direitos fundamentais constantes em nosso ordenamento jurídico constitucional – embora, alguns, não sejam somente individuais, mas também coletivos.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

...

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

...

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos **brasileiros e aos estrangeiros residentes no País** a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:...

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO I

...

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, nos termos seguintes:...

Para mais informações, leia agora o texto Dos Diretos e Garantias Fundamentais

(http://estaciodocente.webaula.com.br/cursos/gon240/doc/aula01_dos_direitos_e_garantias_fundamentais.pdf

).

Fique ligado



Artigo sobre Direitos Constitucionais fundamentais:

Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos constitucionais fundamentais

Matheus Augusto de Almeida Cardozo

Artigo sobre dignidade da pessoa humana:

Princípio da dignidade da pessoa humana

Daniela Galvão Araújo

Artigo sobre liberdade de expressão:

Liberdade de expressão na rede.

A censura prévia e a responsabilidade dos provedores de internet na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Gabriel Junior Januário da Silva

Artigo sobre direito à vida e células tronco:

Células-tronco: avanços científicos e limites éticos

Flaviane Cardoso Flud

O que vem na próxima aula

Na próxima aula, continuaremos o estudo do Direito da Propriedade Intelectual e os aspectos constitucionais do direito à intimidade, à vida privada, à honra, à imagem das pessoas, à inviolabilidade de domicílio, de correspondência, direito à propriedade e os direitos autorais de obras artísticas, científicas e literárias.

CONCLUSÃO

Nesta aula, você:

- aprendeu sobre legalidade;
- estudou sobre dignidade da pessoa humana;
- conheceu o conceito de valor social do trabalho e da livre iniciativa;
- compreendeu os conceitos de liberdade de expressão e acesso à informação.